

# A crise brasileira e o momento político

(Visão de um advogado)

ARNOLDO WALD

Se há uma palavra que possa resumir o consenso que se estabelece na sociedade brasileira, neste momento, é o vocábulo crise. Nos jornais, nas revistas, nos seminários, nos livros, na TV, a crise é o *leit-motiv*, a preocupação básica de todos os brasileiros, nos mais variados níveis econômicos, sociais e culturais.

Que significa a crise? É um desequilíbrio, uma ruptura de uma época com o seu passado, a criação de novas tecnologias e instituições, a modificação de uma visão da vida, uma concepção filosófica, religiosa e cultural, o abandono de uma escala de valores, a súbita ausência de normalidade nas operações cotidianas.

As crises são as mais variadas no seu conteúdo, na sua densidade, na sua natureza. Há crises globais e setoriais e, algumas vezes, uma crise global que enseja ou repercute em numerosas crises setoriais. Assim, a atual crise brasileira abrange a crise política, financeira, cultural, universitária, institucional. Reconhece-se a crise do endividamento, da energia, do empobrecimento progressivo, do Estado, da previdência social, do sistema de saúde, da insegurança, das moedas etc.

Na realidade, há uma crise global, que decorre das transformações sofridas pela nossa civilização, que fez com que os serviços coletivos não mais atendessem adequadamente às suas funções, o Estado-Providência se

---

Palestra proferida por ocasião da "2ª Etapa do Ciclo ABBC de Opiniões e Idéias Brasil 89 — Momento Econômico Brasileiro e Eleição Presidencial", realizada em 22-6-89, no Maksoud Plaza, SP.

considerasse falido e as novas tecnologias não fossem seguidas das modificações sociais e humanas que se faziam necessárias.

Assim sendo, a crise do Ocidente é uma crise de modernização e de reformulação de uma política humana adequada ao ritmo fulminante que o desenvolvimento técnico adquiriu nas últimas décadas. É preciso lembrar que, nos últimos cinquenta anos, o mundo mudou mais do que nos cinco séculos anteriores e que, de 1898-1988, o universo evoluiu mais do que desde o início da era cristã até 1900. Se levamos dez mil anos para chegar dos primeiros sinais escritos até a Revolução Industrial, em menos de um século e meio, passamos da máquina a vapor à idade da revolução do átomo, da informática e da ida do homem à Lua.

No Brasil, o ritmo dessa evolução foi ainda mais rápido, pois o nosso País, na década de 1940, ainda correspondia aos níveis de civilização da Europa e dos Estados Unidos do início do século. E de 1930 a 1989, em sessenta anos, o Brasil certamente evoluiu muito mais do que desde a descoberta até o início da Segunda Guerra Mundial. Em cerca de trinta anos transformamos um país predominantemente rural e agrário em industrial e urbano, o que os Estados Unidos levaram mais de um século para fazer. Essas transformações provocaram evidentes dificuldades, ensejando mudanças políticas e estruturais e criando gargalos de estrangulamento decorrentes do atraso do homem em relação à máquina.

Podemos dizer que o Brasil de hoje tem uma economia do século XXI, sendo a sétima ou oitava do Ocidente, mas a sua política e, em grande parte, a sua sociedade ainda são as existentes no século XIX. Daí a grande revolução de modernização, que deve ser feita pela sociedade, e o descontentamento decorrente da ausência de soluções políticas e administrativas, todas elas sendo obsoletas, com mensagens não adaptadas ao nosso tempo, fazendo com que se tenha afirmado com certa freqüência, nos últimos anos, que no plano político-administrativo estamos na contra-mão da história.

A grande revolução moderna é, em primeiro lugar, a do Estado, devendo significar simultaneamente a redução da sua área de atuação e um melhor funcionamento no campo que lhe é reservado. Modernizar significa em primeiro lugar privatizar.

Efetivamente, o mundo está, desde o início do século e, em particular, após a Constituição de Weimar, na busca da conciliação do liberalismo político com o dirigismo econômico. Procurou-se fazer do Estado uma grande entidade de previdência e bem-estar social, sem medir os custos do empreendimento. Organizou-se, assim, o *Welfare State* nos países democráticos, enquanto, na área comunista, sacrificava-se a sociedade civil ao Estado, destruindo-se aquela para fortalecer este.

Com o decorrer do tempo, os países do Leste tiveram que reconhecer a completa falência de sua economia, abrindo as portas para a *Perestroika*, sob todas as suas formas, e ensejando, progressivamente, a reorganização da pequena propriedade privada, a crescente importância da empresa e do conceito de lucro, e abrindo as portas ao capital estrangeiro, sob a forma de *joint venture*. A recente evolução da Rússia, as eleições da Polônia, as manifestações na China, a abertura crescente da Hungria comprovam o abandono dos dogmas do marxismo e a morte do comunismo.

Por outro lado, nas democracias ocidentais, o Estado teve que enfrentar as dificuldades do seu hiperdimensionamento, de sua onipresença, da hipertrofia de suas atividades e do excesso de regulamentação, que ensejaram, ao mesmo tempo, a inflação monetária e a inflação legislativa, criando simultaneamente a insegurança econômica e a insegurança política.

A falência da previdência social não é problema peculiar ao Brasil, pois já ameaçou a França e os Estados Unidos, e o conseqüente excesso de tributação também põe em risco o desenvolvimento do país. Foi essa a razão pela qual os recentes movimentos que encontramos, tanto nos Estados Unidos, como na Europa e em certos países asiáticos, têm como finalidade diminuir o papel do Estado na sociedade, desregular, privatizar ou reprivatizar a economia. Trata-se de acabar com o que se denominou adequadamente "a megalomania do Estado", <sup>(1)</sup> a fim de reduzi-lo as suas justas e adequadas dimensões, estruturando o que GUY SORMAN denominou o "Estado Mínimo", <sup>(2)</sup> pois, na concepção atual o Estado moderno se caracteriza como devendo ser o "Estado Modesto", <sup>(3)</sup> mas eficiente. Modesto na sua área de atuação e eficiente pela utilização dos métodos privados de gestão. Há, pois, duas privatizações: uma de área de atuação e a outra de metodologia de gestão. Na medida em que se desenvolve, o Estado deve deixar, nas suas relações com a sociedade, de sofrer as grandezas e misérias do autoritarismo e do direito administrativo e ser o catalizador consensual e dialogador do progresso da sociedade. Simultaneamente nos seus serviços públicos, deve adotar sempre que possível as técnicas privadas.

A privatização da gestão estatal, seja na administração direta, seja nas autarquias e nas empresas estatais e mistas, é uma das grandes lições que devemos apreender na reformulação da nossa sociedade. A história brasi-

---

(1) JEAN FRANÇOIS REVEL, *El Estado Megalómano*, tradução espanhola da obra intitulada em francês *L'État de grâce*, Barcelona, Editora Planeta, 1983. Do mesmo autor, *Le rejet de l'État*, Paris, Grasset, 1984.

(2) GUY SORMAN, *L'État Minimum*, Paris, Albin Michel, 1985.

(3) MICHEL CROZIER, *État Modeste, État Moderne*, Paris, Fayard, 1987.

leira revela um movimento contrário, no qual sempre que demos liberdade à administração, muito rapidamente voltamos a estabelecer uma camisa de força para evitar que adquirisse agilidade, rapidez e flexibilidade. Assim, no passado, criamos as autarquias e em seguida aplicamos-lhes os princípios da administração direta; posteriormente, organizamos as sociedades mistas e logo após elas foram autarquizadas. Está na hora de privatizar a gestão, transformando as repartições públicas em agências com a estrutura privada, como está sendo feito na Inglaterra, substituindo chefes e subchefes por gerentes eficientes. Ainda na semana passada, um jornal paulista publicava interessante reportagem comparando as dificuldades administrativas do Presidente de uma sociedade mista com as de uma empresa privada, o que explica o alto custo da administração pública quando não aceita, como aliás determina a Constituição, as normas comerciais não apenas do ponto de vista legal, mas também no tocante aos bons princípios de organização administrativa.

Há alguns anos atrás o antigo secretário da Fazenda dos Estados Unidos, que recentemente nos visitou, WILLIAM SIMON, escrevia, num livro intitulado *Tempo de Verdade*,<sup>(4)</sup> que a excessiva presença do governo na sociedade americana estava levando os Estados Unidos ao suicídio político, do qual a história da cidade de Nova Iorque tornou-se a prova incontável. Em tempo hábil, os americanos reagiram contra a excessiva tributação, invocando o princípio que justificara a própria independência do seu país — *no taxation without representation*. E a representação política americana, tanto nas Assembléias estaduais como mediante plebiscitos e manifestações populares, exigiu do Executivo uma modificação estrutural da política econômica do país, com menos intervenção, menos inflação e menos tributos.

A modernização significa, assim, uma verdadeira revolução cultural na qual as classes empresariais e as demais camadas da população devem ocupar os espaços vazios decorrentes da obsolescência dos políticos. A sociedade civil, pelos seus órgãos próprios e especialmente mediante um sistema descentralizado, tem que substituir o Estado nas áreas em que ele se revelou inoperante ou perturbador do bom desenvolvimento das instituições.

Cabe assim ao empresário exercer uma nova função que ele desconhecia, mas da qual não pode fugir e que consiste em substituir o poder público nos campos em que este faliu, falhou ou não tem mais condições de estar sempre atuando.

---

(4) WILLIAM SIMON, *A time for truth*, edição de Reader's Digest Press e McGraw-Hill Book Company, New York, 1978, especialmente pp. 126 e seguintes. Do mesmo autor, em sentido idêntico, *A time for action*, publicação de Berkley Books, New York, 1980.

Na realidade, o papel do empresário também mudou nos últimos trinta anos, na medida em que a informática criou uma nova civilização. Efetivamente, por longo tempo, os empresários puderam viver num mundo de relativa previsibilidade e racionalidade, no qual a sua atuação no passado permitia prever o futuro. Era o tempo em que as circunstâncias externas, as modificações políticas nacionais ou a conjuntura internacional pouco influenciavam a vida cotidiana do homem de negócios. Já agora os fatores exógenos adquirem para ele importância de primeiro plano, podendo afetar seriamente a sua produção e comercialização.

A transformação da economia corresponde um novo tipo de empresário, que deverá trazer à sociedade a colaboração do seu espírito empresarial, sendo simultaneamente um organizador de equipe e um planejador de novas formas de produção e comercialização no plano interno e externo. O novo *manager* precisa ter, além dos conhecimentos específicos, a adequada intuição, a coragem intelectual, a ponderação e a energia, sendo simultaneamente um *homem de comunicação*.

O discurso político de caráter literário ou demagógico já está ultrapassado. O que se exige hoje é uma nova geração de homens públicos que saiba equilibrar e conciliar os projetos econômicos e os projetos humanos, restabelecendo a liberdade de mercado, complementada por um sistema de normas morais, que não permitam a sobrevivência de um capitalismo selvagem.

Não basta criticar o papel desempenhado pelo Estado, é preciso criar mecanismos adequados de substituição das suas funções, para conciliar o uso adequado das novas tecnologias com os interesses e a participação de todos os membros da comunidade.

A revolução da informática não se limita aos seus aspectos técnicos e quantitativos. Exige uma reformulação qualitativa da relação entre os vários segmentos da sociedade para que se unam para produzir mais e melhor e, ao mesmo tempo, assegurar a todos uma melhor qualidade de vida. (5)

Falou-se muito, no passado, da diferença entre o crescimento que é simplesmente quantitativo e ético e o desenvolvimento que é qualitativo e profundamente ligado ao homem, abrangendo a racionalização da administração, da legislação, do exercício dos poderes, a difusão do ensino e o aperfeiçoamento do sistema de saúde, a formação e o recrutamento dos

---

(5) ANTOINE RIBAUD, *Modernisation, mode d'emploi*, Paris, Union Général d'Éditions, 1987, pp. 24 e seguintes.

homens e a orientação da poupança e dos recursos necessários para o investimento que o país exige para manter a sua condição no mundo hodierno.

O líder moderno tem compromissos não só com o crescimento, mas com o desenvolvimento, pois sabe que, como diziam os filósofos gregos, ainda hoje, o homem é e continua sendo a medida de todas as coisas.

As novas tecnologias correspondem às necessidades da produção e da exportação, mas exigem a melhor utilização da criatividade humana, obrigando os países e as empresas a mudanças não apenas quantitativas mas qualitativas. Podemos dizer que, até 1960, o crescimento foi obtido pela intensificação e multiplicação das capacidades existentes e das cadências de produtividade dos equipamentos.

Com a informática, o investimento no homem passou a ser o mais importante, pois o aumento da mão-de-obra não qualificada não mais garante o desenvolvimento da produção. Passa assim a existir uma solidariedade necessária entre as mudanças tecnológicas, o conteúdo do trabalho e a mudança das relações sociais.

Diante de produtos novos e de novos serviços, que se multiplicam a cada momento, é preciso que ocorra também a inovação institucional, estrutural, social e política, sob pena de criar um *gap* no qual as máquinas estejam adiantadas em relação à sociedade e esta delas não possa usufruir adequadamente, por estar em crise constante.

A educação, a formação permanente, a participação dos empregados nos lucros, a informação de todos aqueles que colaboram num mesmo programa de trabalho estão a exigir a reformulação de uma sociedade cujas estruturas, na maioria dos casos, se liberaram do coronelismo político, mas se mantêm presas ao coronelismo econômico.

O Brasil, se abrir a sua economia, se modificar as suas estruturas, tem todas as condições de se transformar na quinta potência mundial do século XXI. Se não o fizer, mantendo-se numa economia fechada, com sistemas políticos e sociais baseados em programas do século passado, assistiremos à africanização do Brasil.

Esta opção foi a que enfrentou o Japão a partir do início deste século, aumentando 10 vezes a renda *per capita* dos seus habitantes entre 1950 e 1985, enquanto o Brasil a triplicava. Em recente livro intitulado *Revanche do Terceiro Mundo*, um geógrafo francês, Jean Claude Chesnais, imagina o cenário mundial de 2025 no qual atribui ao Brasil um PIB de quase três trilhões de dólares, enquanto o dos Estados Unidos teria alcançado 5 trilhões

e o do Japão se manteria em cerca de 2. No mencionado cenário, a China e a Rússia se apresentam com resultados distintos, conforme tenham ou não conseguido realizar uma profunda liberalização. Com uma economia liberal, a China teria um PIB de quase 8 trilhões de dólares, tornando-se a primeira economia do mundo e a Rússia ultrapassaria os Estados Unidos, com 5,2 trilhões. No caso contrário, mantido o fechamento da economia dos dois países, a China teria um PIB de 2,6 bilhões, inferior ao do Brasil, e a Rússia ficaria na mesma situação, com cerca de 2,5 bilhões de dólares. (6)

Essas previsões nos mostram o Brasil podendo ocupar conforme o caso ou a terceira ou a quinta posição na economia mundial. Essa possibilidade pressupõe, evidentemente, que superemos a inflação, a desordem política e econômica e que o País utilize racionalmente os seus recursos, passando a ser gerido de modo moderno.

Trata-se de matéria em que existe consenso no discurso político, mas absoluta falta de capacidade de transformar o discurso em atos, com a necessária coragem cívica e intelectual da coerência entre o que se apregoa e se faz.

Podemos evocar no Brasil não a lição da Argentina e da Alemanha de Weimar, mas a situação da Inglaterra de 1940, à qual Winston Churchill só prometia sangue, suor e lágrimas, mas que conseguiu voltar a ser uma das grandes potências do mundo moderno após os dez anos da política agressiva e privatizante de Margareth Thatcher. É Keynes quem escrevia, naquela época, que não faltavam à Inglaterra recursos materiais, mas sim lucidez e coragem.

Numa fase de crise que permite todas as inovações, o que se necessita é que o Brasil possa escolher, em 15-11-1989, um líder com lucidez e coragem. Lucidez para fazer o diagnóstico correto da situação, que todos conhecemos e que consiste em combater a inflação, cortar o déficit público, privatizar o Estado, criar uma revolução cultural do empresariado para levá-lo a ética da participação e dos empregados para entusiasamá-los com a modernização do país. Coragem para que as idéias não fiquem no discurso.

---

(6) JEAN CLAUDE CHESNAIS, *La revanche du tiers monde*, Paris, Robert Laffont, 1987, p. 308.

A coragem, definia HEMINGWAY, é a dignidade sob pressão. É preciso termos um líder que saiba manter a sua dignidade sob todas as pressões, a sua coerência, em todos os momentos, por maiores que sejam os interesses em jogo.

É necessário que em torno dele possamos ter uma equipe de união nacional, com o apoio dos congressistas, das mídias e da opinião pública.

É ainda indispensável que haja uma verdadeira mobilização das várias camadas da população para, dentro da competência de cada um, suprir, pela criação de órgãos e instrumentos próprios, as falhas decorrentes da ausência do Estado. Acordos entre empresas e comunidades, negociação externa por industriais e exportadores brasileiros interessados em evitar as retaliações, criação de um clima para uma renegociação da dívida que possa ser global, simultaneamente política e econômica, abrangendo não só os débitos mas o regime dos investimentos, a conversão, as *joint ventures*, tudo isso pode significar uma nova fase de maior presença da sociedade civil e dos meios empresariais ao lado e em complemento à atividade estatal.

Não há dúvida que estamos pressupondo um esforço extraordinário da sociedade como um todo, numa economia de guerra, para evitar que possa acontecer no Brasil o que acaba de ocorrer na Argentina, tomando as providências antes, em vez de fazê-lo depois dos acontecimentos nefastos. Mas o julgamento heróico consiste justamente em distinguir o extraordinário do impossível, e nós sabemos que não são os céticos que fazem a história e que os princípios e as teses de pouco valem, sem homens que possam colocá-los em prática e aplicá-los de modo adequado.

A revolução democrática vitoriosa no plano político deve ser complementada pela revolução econômica e tecnológica, mas somente será consagrada quando for simultaneamente uma revolução moral. É pois preciso deixar de procurar justificações e bodes expiatórios pelas dificuldades que enfrentamos, e assumir as nossas responsabilidades, conciliando os imperativos econômicos e éticos e restabelecendo o primado do direito, pois é ele que submete a economia à moralidade. Somente assim evitaremos os perigos da ditadura, de um lado, e da anarquia, de outro.

Se assistirmos ao fim das ideologias, não se pode continuar fugindo da realidade e não aceitar as responsabilidades do poder. Dizia o poeta alemão GOETHE que é fácil pensar, difícil agir, mas o mais difícil é agir de acordo com o nosso pensamento.